

Título: Evolução da Desigualdade Salarial ao Nível das Ocupações: Um Retrato do Mercado de Trabalho Formal nos anos 2000

Autora: Amanda Ferrari Uceli

Filiação: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: A partir da compreensão do papel do mercado de trabalho formal, tem-se o objetivo de compreender o comportamento da distribuição de salários ocupacionais e seus determinantes no período de 2003 e 2019. Utilizou-se análises não paramétricas dos dados ocupacionais contidos na RAIS. Destaca-se a trajetória de distanciamento entre o topo e a base da distribuição, em que o topo se caracteriza pelos 99º e 95º percentis. Observa-se uma tendência de perdas salariais relativas, em relação a esse topo, para todos os percentis e, destacadamente, para o decil 90.

Palavras-chave: Desigualdade Salarial; Mercado de Trabalho Formal; RAIS

Área Temática: 1. Economia

1 INTRODUÇÃO

É possível dividir os últimos vinte anos da economia brasileira em duas décadas dissimilares e opostas, sendo particularmente interessante o papel do mercado de trabalho nestes períodos. Entre 2003 e 2014 o bom desempenho da economia brasileira propiciou a redução do desemprego impulsionado pelo crescimento da formalização da mão de obra acima do crescimento do total de ocupados, impulsionando a melhoria dos indicadores sociais no período. O número de trabalhadores formalizados, segundo registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cresceu sistematicamente nesse período, de modo que o número de vínculos registrados em 2014 é, aproximadamente, 80% maior que em 2003, fazendo com que a formalização superasse a informalidade registrada nas pesquisas domiciliares à época. Entretanto, a expansão observada derivou da polarização do mercado de trabalho, de modo que cresce a participação das ocupações de baixa e média complexidade, com salários mais baixos, e das ocupações com maior nível de escolaridade associada (Barbosa, 2012; Fontes, 2014).

A partir de 2015, no entanto, observou-se a reversão dos resultados favoráveis de até então. Entre 2014 e 2019, Baltar (2020) mostra que a estrutura ocupacional do mercado de trabalho responde ao período recessivo com crescimento da informalidade e de ocupações com baixos salários, absorvendo mão de obra pouco qualificada, como os ocupados no trabalho doméstico. Saboia e Kubrusly (2021), por sua vez, mostram que nesse período as ocupações com melhor desempenho no mercado formal foram aquelas de nível técnico e superior, quanto à escolaridade, e com altos salários.

Maciente (2016), Lima *et al.* (2019) e Maciente, Rauhen e Kubota (2019) mostram que a tendência de transformações tecnológicas e as mudanças na composição da mão de obra, desde o início do século XXI, motivam a polarização do mercado com crescimento da desigualdade interocupacional, de modo que as análises sobre o mercado de trabalho e a distribuição salarial a partir da desagregação ocupacional se mostram mais adequadas diante destas transformações.

Esses apontamentos coincidem com as discussões de Weeden e Grusky (2005) e Weeden *et al.* (2007) sobre a modernização da abordagem sociológica de classes ocupacionais, em que os autores destacam a importância da desagregação das classes ocupacionais em *microclasses* mais homogêneas, que compreendem a reestruturação do mercado de trabalho, a fim de integrar a análise da desigualdade salarial inter e intraocupacional. Os resultados desses autores e aqueles de Kim e Sakamoto (2008), Carvalhaes *et al.* (2014) e Saboia e Kubrusly (2021) corroboram essa perspectiva.

A partir do entendimento do papel do mercado de trabalho formal, tem-se o objetivo de compreender o comportamento da distribuição de salários ocupacionais e da desigualdade no período de 2003 e 2019. Para tanto, utilizou-se análises não paramétricas dos dados ocupacionais contidos nas declarações da RAIS. Questiona-se como evoluiu a desigualdade interocupacional de salários no mercado de trabalho formal brasileiro nas décadas iniciais dos anos 2000. Tem-se por hipótese que há queda na desigualdade no período de crescimento econômico, com reversão mais que proporcional no período subsequente como consequência do perfil das ocupações em expansão durante o primeiro período da análise (Jannuzzi, 1995; De Negri *et al.*, 2001; Dota, 2018; Lima *et al.*, 2019).

Ao escolher o mercado de trabalho formal renuncia-se a compreensão de como tais transições se deram sobre a totalidade da mão de obra ocupada no período. Todavia, essa escolha se justifica pela relevância que o setor formal exerceu ao longo desse período, refletindo as flutuações na dinâmica econômica. Além disso, os dados divulgados na RAIS apresentam informações mais detalhadas e harmônicas ao longo dos anos sobre os vínculos empregatícios, fornecendo dados censitários e com qualidades não observáveis em outras fontes de dados (De Negri *et al.*, 2001).

A partir da construção de um painel ocupacional, baseado nos subgrupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), considerando a codificação à 3 dígitos para os anos entre 2003 e 2019, este estudo dispôs de um painel composto por 3246 observações¹. O painel de ocupações descreve as características ocupacionais, a partir das quais é possível discutir como a composição intraocupacional contribui para a determinação dos salários. Com a finalidade de compreender a

¹ A partir do acompanhamento de 191 subgrupos ocupacionais, ao longo de 18 anos.

trajetória da desigualdade no mercado de trabalho formal brasileiro no período recente da história, o painel de ocupações propiciou a construção e o acompanhamento de indicadores de desigualdade salarial interocupacionais que cumprem os objetivos deste estudo.

2 A ESTRUTURA OCUPACIONAL E A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE SALARIAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A análise da estratificação social propõe que a estrutura hierárquica das sociedades são definidas pela inserção ocupacional, como apontado por Goldthorpe e McKnight (2006) e Weeden (2008). Nessa perspectiva, as ocupações são unidades de observação de prestígio e sinalizador de remuneração que definem limites estabelecidos para os indivíduos e são estabelecidas a partir de similaridades entre os indivíduos a ela vinculados. Ao encontro dessa abordagem, Weeden e Grusky (2005), as mudanças institucionalizadas sobre a estrutura socio-ocupacional nas economias modernas ocorrem ao nível observacional da ocupação.

Em um abordagem socio-ocupacional, Morris e Western (2008) mostram que, partir da década de 1970, observou-se no mercado de trabalho dos Estados Unidos a tendência de aceleração da desigualdade salarial e redução dos salários médios, propiciando perdas reais de salários de modo que mais de três quartos dos trabalhadores em 1990 tinham renda menor que a aferida por trabalhadores em iguais condições em 1960. Os autores destacam a importância das transições na estrutura ocupacional para explicar o crescimento da desigualdade.

No mesmo sentido, Autor, Katz e Kearney (2006) apontam que nos anos de 1990 há uma acentuação na polarização da estrutura ocupacional estadunidense a partir do crescimento das ocupações de menor rendimento e de maior rendimento e da compressão das ocupações de rendimento intermediário. De maneira semelhante, tomando a distribuição das ocupações segundo a escolaridade, há um padrão de crescimento acelerado das ocupações associadas à maior escolaridade, em que a participação das ocupações que exigem escolaridade intermediária é reduzida. No que se refere a estrutura salarial, os autores avaliam que, coincidindo com o crescimento das ocupações nos extremos da distribuição, há uma tendência de crescimento dos salários e da desigualdade entre as ocupações no quartil superior da distribuição. Por outro lado, o quartil inferior apresenta crescimento dos salários acima do verificado para os segundo e terceiro quartis

Nos países periféricos, em particular os latino-americanos, a construção da desigualdade atual encontra suas origens no passado colonial, de economias agrícolas extrativistas e escravagistas. Segundo Bértola e Williamson (2017), a formação econômica dos ex-colônias latino-americanas são representativas da discussão marxista dos moldes da desigualdade, uma vez que a região viveu um processo tardio de industrialização, com economias dependentes de importação de tecnologia, ao que se soma o fato de a estrutura agrária em pouco ou nada ter sido alterada no último século, perpetuando o sistema concentrador de terra e que contribui para a perpetuação da desigualdade. No que se refere ao mercado de trabalho, o processo histórico de formação econômica, baseado majoritariamente na mão de obra escravizada, contribuiu para um grande contingente de mão de obra de baixa qualificação, baixa escolaridade e mal remunerada nas últimas décadas.

Especialmente no Brasil, a desigualdade de renda está fortemente associada às mudanças estruturais no mercado de trabalho, seja pelas variações da participação de pessoas ocupadas com vínculos formalizados, seja pelo crescimento da escolaridade média da população economicamente ativa ou pelo crescimento da participação feminina no mercado formal.

A análise da produtividade do trabalho formal e informal para a década de 2000 mostra que o crescimento da formalização nesse período foi resultante não de uma diversificação das atividades econômicas na geração de empregos formais, mas da conversão das ocupações informais em formais, principalmente, no setor de comércio. Além do crescimento da formalização, tem-se o crescimento do valor agregado dos salários dessas ocupações e de sua participação na renda nacional. O crescimento da formalização é fundamental para explicar a redução do desemprego, do trabalho doméstico com e sem remuneração. Além disso, o aumento da escolaridade da mão de obra contribui fortemente para a

redução da informalidade (Amitrano e Squeff, 2016; Baltar, Souen e Campos, 2017).

No período recente, mais precisamente a partir dos anos iniciais da década de 2000, como discutido por Fontes (2014) e Saboia e Kubrusly (2021), a estrutura do mercado de trabalho brasileira sofreu mudanças relevantes, tornando-se uma estrutura ocupacional e salarial mais polarizada, com expansão da escolaridade média dos trabalhadores, redução da participação do trabalho agrícola e industrial e crescimento do setor de serviços. Além disso, a queda na desigualdade, entre 2003 e 2014, está diretamente relacionada a essa mudança, particularmente porque o crescimento da formalização se deu a partir da ampliação da participação de ocupações de baixa e média complexidade, com salários mais baixos.

Nesse sentido, buscando descrever a estrutura socio-ocupacional brasileira, Maia e Quadros (2010) usam os dados da PNAD 2007 e mostram que a força de trabalho está concentrada nas ocupações de rendimentos inferiores, com mais da metade dos trabalhadores em posições dessa natureza. Mais do que isso, naquele ano, é majoritária a mão de obra de baixa qualificação educacional e para os quais prevalecem o trabalho sazonal e de carga horária reduzida. Além disso, a informalidade no mercado de trabalho é sistematicamente elevada, sendo esse setor da economia representativo da vulnerabilidade trabalhista e da precária qualificação.

Por sua vez, Carvalhaes et al. (2014) avaliam a qualidade dos postos de trabalho criados na primeira década dos anos 2000 e decompõem a trajetória da desigualdade de modo a identificar a parcela definida pelas mudanças na estrutura ocupacional. Os autores destacam que a estrutura ocupacional explica de forma mais complexa as desigualdades dentro do mercado de trabalho, adequando-se, do ponto de vista sociológico, mais do que a renda. Nesse cenário, o período subsequente e mais recente em que a economia brasileira enfrentou diversos momentos críticos e o cenário macroeconômico dirigiu-se à recessão, os empregos formais em ocupações que compunham o topo da distribuição salarial perderam participação no mercado de trabalho enquanto observou-se o crescimento das ocupações de menor remuneração no setor informal.

Segundo resultados de Hoffmann (2020), em termos de renda domiciliar per capita, o efeito do ciclo virtuoso da economia, até 2014, é visivelmente positivo. Além disso, com a tendência de decréscimo do desemprego, a renda domiciliar per capita apresentou tendência compatível aos rendimentos do trabalho. A queda na desigualdade, segundo o autor, é impulsionada pelo mercado de trabalho aquecido, que contribuiu de maneira significativa na redução da pobreza e na melhoria da condição dos indivíduos na base da distribuição de renda. No entanto, a partir de 2012, os efeitos positivos são cada vez mais modestos, revertendo-se em perdas a partir de 2014. Em 2019, o autor aponta que já era possível verificar a reversão completa dos ganhos acumulados até meados da década de 2010. Entre os fatores fundamentais para a reversão, destaca-se o crescimento do desemprego e a depressão observada sobre o mercado de trabalho, especialmente o formal.

Entre 2014 e 2019, Baltar (2020) mostra que o período recessivo é marcado por crescimento da informalidade, decréscimo do montante de vínculos formais e crescimento de ocupações com baixos salários, absorvendo mão de obra pouco qualificada, como os ocupados no trabalho doméstico. Esse movimento levou ao crescimento da desigualdade de salários e, principalmente, da desigualdade intraocupacional. Exclusivamente para o setor formal, a partir de dados da RAIS, Saboia e Kubrusly (2021) mostram que na última década no Brasil, as ocupações com melhor desempenho no mercado formal foram aquelas que exigem maior qualificação e apresentam altos salários. Além desses, os grupamentos ocupacionais do setor de serviços foram os responsáveis pela contenção da queda do emprego formal, porém caracterizam-se por serem ocupações mal remuneradas.

Diante da relevância da estrutura ocupacional sobre o mercado de trabalho e os salários, o presente estudo ocupa-se de apresentar a trajetória intertemporal da composição ocupacional no mercado de trabalho formal brasileiro, com foco especial na distribuição salarial ao nível das ocupações e da evolução da desigualdade salarial entre elas, nas últimas décadas.

3 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E OS DADOS DA RAIS: ANÁLISE DESCRITIVA

Segundo Kim e Sakamoto (2008), análises de *cross section* não consideram os efeitos

conjunturais na dispersão de salários. Entretanto, a disponibilidade de dados longitudinais, aos níveis individuais, são escassos no Brasil, seja por seu alto custo de obtenção, seja pela dificuldade do acompanhamento de indivíduos em um país de dimensões continentais. Por sua vez, a literatura ressalta que o entendimento da distribuição da renda, visando proposições resolutivas para a forte concentração observada de maneira sistemática no caso brasileiro, depende de uma análise de longo prazo, que permita captar efeitos de ciclos econômicos em cada grupo de renda estudada.

Por essa razão, painéis rotativos, como os da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)², são comumente utilizados, mas não permitem, de fato, um acompanhamento de prazo superior a doze meses. Visando solucionar essa limitação, o presente estudo foca suas análises no mercado de trabalho formal que, como visto na seção anterior, tem destaque na trajetória recente da economia brasileira. Nesse sentido, os dados utilizados são obtidos a partir da divulgação das declarações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego³ (MTE). Os dados da RAIS são oriundos de declarações diretas de empresas do setor formal, público e privado que, anualmente, são compulsoriamente transmitidas ao MTE, referindo-se a informações como: admissão, ocupação, salários, regime de trabalho e carga horária, duração do vínculo empregatício, entre outros que caracterizam o empregado.

Uma das principais críticas ao uso da RAIS em estudos empíricos sobre o mercado de trabalho brasileiro, em detrimento de informações obtidas em pesquisas domiciliares, sustenta-se no fato de se tratarem de dados administrativos e por restringir-se ao setor formal, bem como por não dispor de informações de fontes de rendimentos para além do trabalho. No entanto, há vantagens relevantes no uso de dados dessa natureza. Como ressaltado por De Negri et al. (2001), a RAIS é uma base de informações censitária, de caráter longitudinal e periodicidade anual, que supera algumas limitações próprias da PNADC, por exemplo. Desse modo, propicia ganhos analíticos diversos, dentre os quais o perfil longitudinal estável⁴ é o de maior interesse nesse estudo (Hallak Neto e Saboia, 2014).

Considerando o exposto, o presente estudo utilizou os dados livres da RAIS não identificada⁵ para os anos de 2003 à 2019, na construção de um painel de subgrupos ocupacionais. Considerando apenas os indivíduos com renda média não nula e com idade entre 18 e 75 anos, o painel ocupacional foi constituído a partir da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), em que os 1.096.230.471 indivíduos, distribuídos nos 18 anos observados, foram agregados em 191 subgrupos ocupacionais⁶ observados anualmente. Assim, as análises apresentadas na próxima subseção são derivadas de um painel de 3437 observações⁷. Ao observar a Figura 1, observa-se, como descrito na literatura, o comportamento do mercado de trabalho formal brasileiro nas últimas duas décadas. Como se nota, há

² Dados elaborados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que são fontes rotineiramente consideradas para análises socioeconômicas, uma vez que dispõem de grande variabilidade de informações sociodemográficas. Ainda assim, os dados não são livres de limitações, em particular para as análises sobre o mercado de trabalho, seja por sua abrangência, seja pelas quebras nas séries de longo prazo; ou por sua limitação no que se refere às análises longitudinais, além de imprecisões de informações laborais e tendências de subestimação da renda, decorridas essas últimas de omissões e vieses no processo de autodeclaração.

³ Entre 2019 e 2021, substituído pelo Ministério da Economia. Entre 2021 e 2023, substituído pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

⁴ Para o período analisado, outras bases de dados, como a PNADC, não apresentam compatibilidade intertemporal.

⁵ Disponibilizadas em: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>

⁶ Considerando a desagregação máxima de 6 dígitos, a CBO 2002 define 2679 ocupações no mercado de trabalho do Brasil. Dentre as agregações possíveis para a CBO, as unidades observacionais aqui consideradas são aquelas derivadas dos subgrupos ocupacionais codificados a três dígitos, que totalizam 191 unidades observacionais no painel de ocupações.

⁷ A fim de simplificar a discussão, são denominadas, a partir daqui, como ocupações os subgrupo ocupacionais à três dígitos que compõem a base de dados.

um crescimento sustentado do número de vínculos totais (curva mais alta da figura) até 2014, quando os resultados positivos são revertidos em perdas. Comparando as curvas da figura, percebe-se que há rotatividade no mercado de trabalho formal, com entradas e saídas que contribuem para que as perdas não sejam maiores, em termos absolutos.

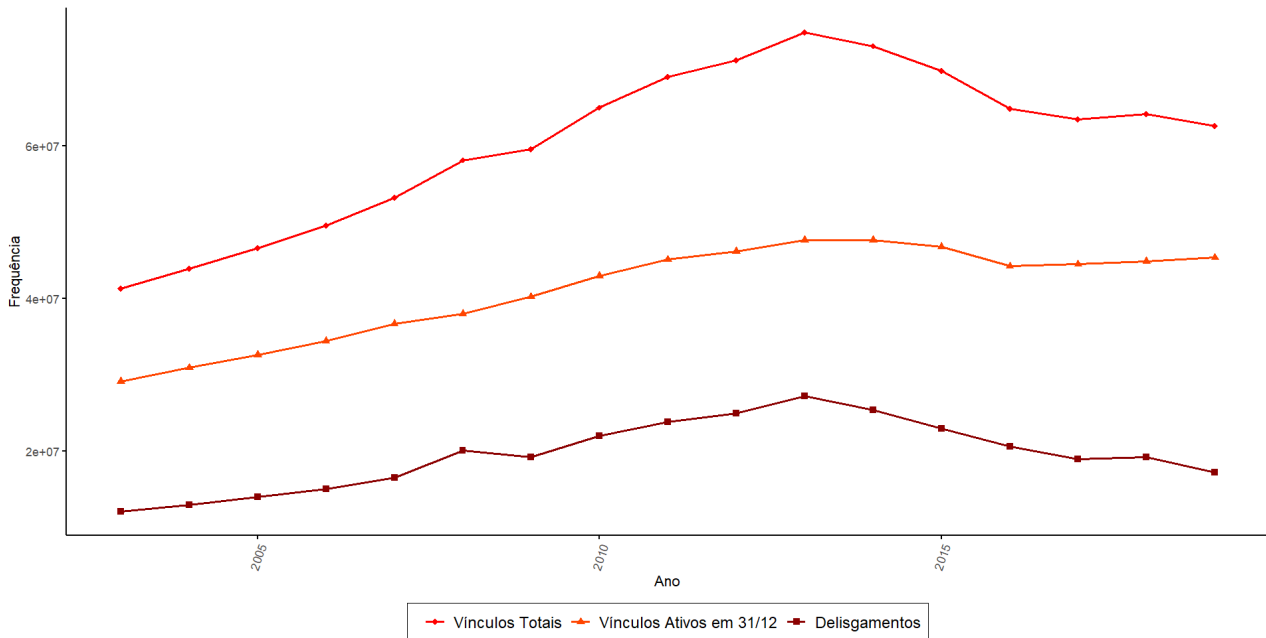


Figura 1: Trajetória do Mercado de Trabalho Formal. Brasil 2003 à 2019.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019.

Quando, por sua vez, observa-se a composição por gênero tal volatilidade se manifesta na convergência da participação de homens e mulheres, como pode ser observado na Figura 2. Durante o período considerado observa-se a tendência de crescimento equiparável da inserção feminina na mão de obra formalizada até 2014 e um decréscimo menos acelerado que o observado entre os homens no período que se segue. Entretanto com sustentação da predominância masculina entre os trabalhadores formalizados, de modo que os homens representam, em média, aproximadamente 60% da força de trabalho declarada na RAIS em todo o período.

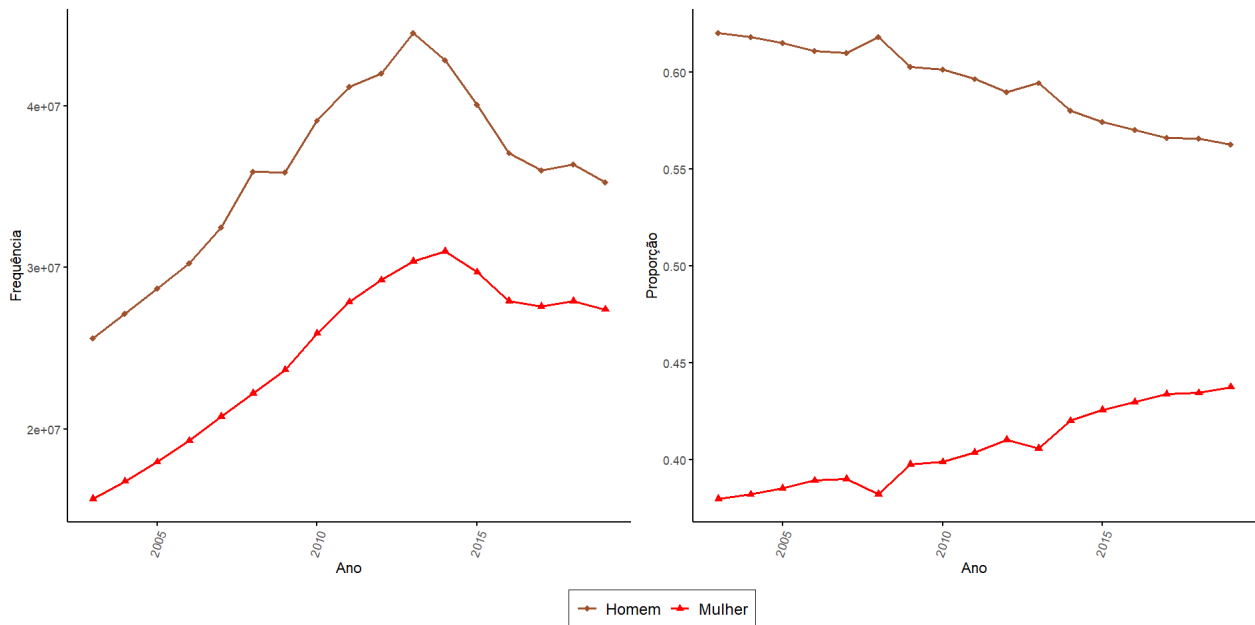


Figura 2: Composição do Mercado de Trabalho Formal, por Gênero. Brasil, 2003 à 2019

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. À esquerda, observa-se a trajetória da frequência absoluta de ambos os gêneros. À direita, observa-se a participação relativa de homens e mulheres a cada ano.

Quando observada a composição educacional da mão de obra, ao longo dos anos considerados, como pode ser visto na Figura 3, observa-se, como descrito na literatura, o crescimento da qualificação dos indivíduos ocupados no mercado de trabalho formal. Especialmente, observa-se o descolamento daqueles com ensino superior completo, que são os que se sustentam entre os formalizados a partir de 2014.

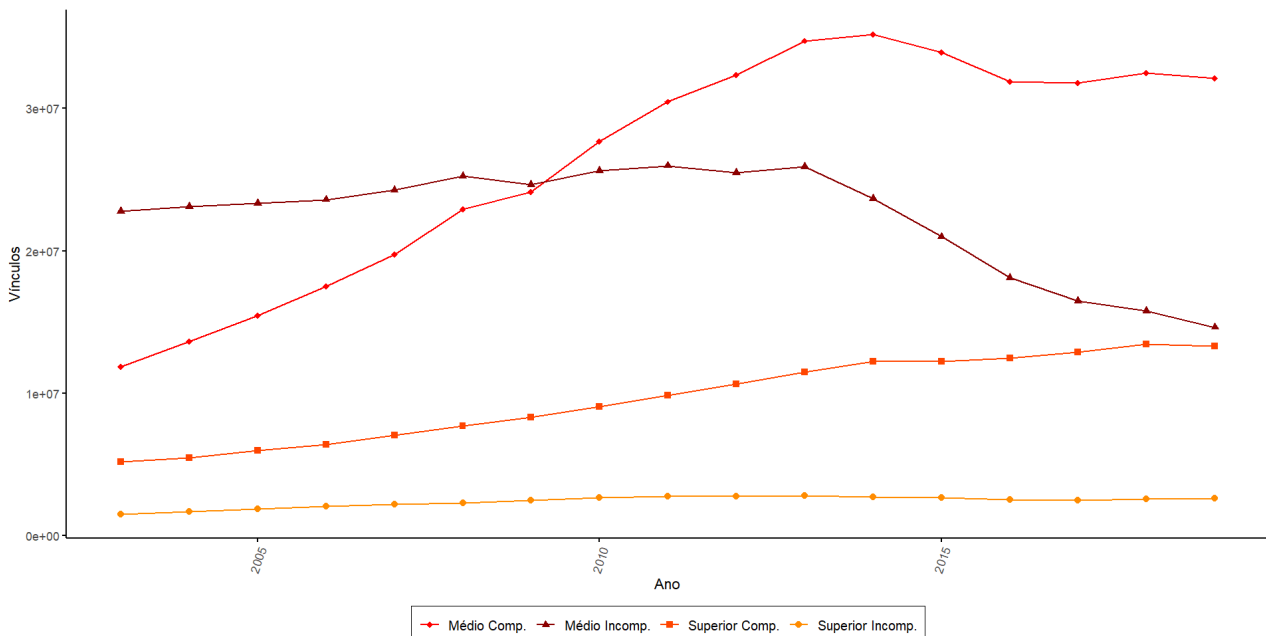


Figura 3: Frequência por Grupo de Escolaridade na RAIS. Brasil 2003 à 2019.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. Os grupos de escolaridade foram definidos com base na variável “Grau de Instrução”. No grupo “Médio Incomp.” estão os indivíduos com ensino fundamental completo e que não terminaram o ensino médio. Entre os que compõem o grupo “Superior Comp.” estão os indivíduos com pós-graduação, que passam a ser observados na RAIS a partir de 2004.

Considerando o cenário descrito nessa seção, apresentam-se a seguir as análises da trajetória da distribuição salarial, ao nível das ocupações, no mercado de trabalho formal brasileiro, bem como a trajetória da desigualdade mensurada a partir das razões dos quantis salariais.

4 DISTRIBUIÇÃO E DESIGUALDADE SALARIAL NO PAINEL DE OCUPAÇÕES DA RAIS

A partir das informações da RAIS é possível observar, em uma perspectiva intertemporal, o comportamento da distribuição de salários, ao nível das ocupações, no mercado de trabalho formal, bem como acompanhar a trajetória de indicadores de desigualdade salarial. Com base nessas informações, discutisse nessa seção estes comportamentos, colocando-os em contraposição aos ciclos econômicos verificados na economia brasileira, de modo que se confrontam as evidências do mercado de trabalho formal e as discussões diversas sobre os transbordamentos desses eventos, que são apresentadas na literatura pertinente.

Inicialmente, vale salientar que todos os dados de salários apresentados nesta seção referem-se aos salários reais ao nível das ocupações. Além disso, os dados ocupacionais são resultantes da construção de informações de subgrupos ocupacionais, que consistem na obtenção das informações médias dos indivíduos em uma dada ocupação a cada ano.⁸

Com base nessas informações, a Figura 4 apresenta a evolução dos salários médios e medianos para as ocupações. O hiato observado entre a média e a mediana, sendo essa última sensivelmente inferior, é um indicativo da desigualdade observável no mercado de trabalho formal. Considerando que a média é fortemente afetada pelo extremo superior da distribuição, a grande diferença observada entre ela e a mediana evidenciam o distanciamento entre o topo e a base da distribuição de salários. Apesar disso, é evidente o crescimento sustentado sobre a média dos salários reais das ocupações até 2014, o que vai ao encontro do estabelecido em estudos anteriores. Como descrito por Baltar (2020) e Hoffmann (2020) há uma tendência de reversão do ciclo positivo sobre os rendimentos médios a partir de 2014.

Apesar de serem medidas relevantes para a descrição do comportamento dos rendimentos, a média e a mediana não expressam satisfatoriamente os extremos da distribuição. A Figura 5, por sua vez, apresenta os diferentes quantis da distribuição de salários das ocupações ao longo dos anos analisados. Como é possível depreender, os salários nos 99º e 95º centis da distribuição apresentam uma tendência de o crescimento até 2015, afastando-se do salário no 90º percentil da distribuição. Na cauda inferior da distribuição, há uma tendência mais clara no comportamento dos salários para o primeiro decil e para a mediana, em que ambos crescem até 2019. Quando colocadas em referência aos diferentes percentis da distribuição de salários, nota-se que a mediana se aproxima mais do primeiro decil da distribuição, enquanto a média encontra-se mais próxima do terceiro quartil. Com isso, reforça-se a percepção de concentração de rendimentos do trabalho entre os formalizados.

⁸ Os valores de salários reais são obtidos pela variável “Valor da Remuneração Média” e deflacionados pelo IPCA16, fixado em 2020. A variável “Valor da Remuneração Média” foi escolhida em detrimento da variável “Valor da Remuneração de Dezembro” que tende a incorporar remunerações não rotineiras. Além disso, a remuneração em cada mês só passou a compor as informações disponibilizadas pela RAIS a partir de 2015. Dessa forma, onde se lê “salário real” deve-se entender que se trata do valor médio ao nível do subgrupo ocupacional da remuneração média dos indivíduos corrigida pelo IPCA (Mensurado pelo IBGE e divulgado pelo Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/>)).

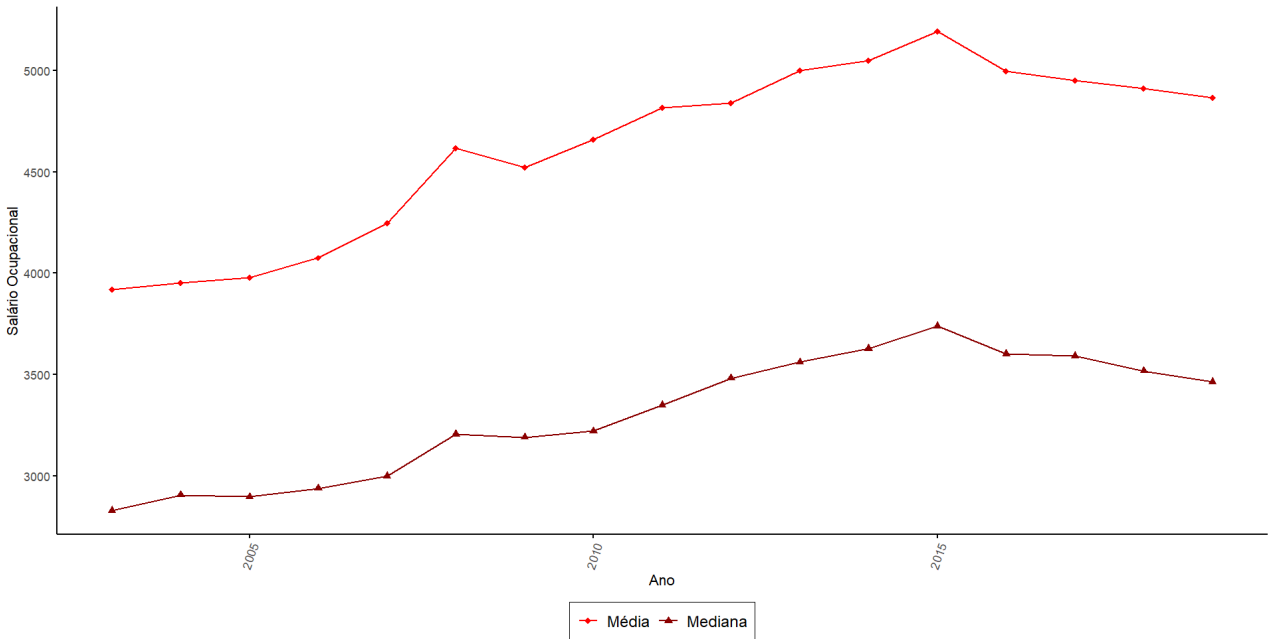


Figura 4: Média e Mediana da Distribuição de Salários* das Ocupações. Brasil, 2003 à 2019.
Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. *Em termos reais de 2020.

Ainda sobre a Figura 5, é relevante destacar que as escalas dos gráficos na Figura 4 apresentam escalas diferentes no eixo vertical, uma vez que no gráfico à direita, que representa os centis no topo da distribuição de salários ocupacionais, os salários variam entre R\$1.400,00 e R\$135.000,00 aproximadamente. Já o gráfico à esquerda representa salários na base da distribuição, que variam de pouco mais de R\$500,00 à R\$49.000,00 aproximadamente. Como se nota, considerando a mediana da distribuição, 50% das ocupações no mercado de trabalho formal apresentaram salários médios inferiores à R\$4000,00 em todo o período analisado.

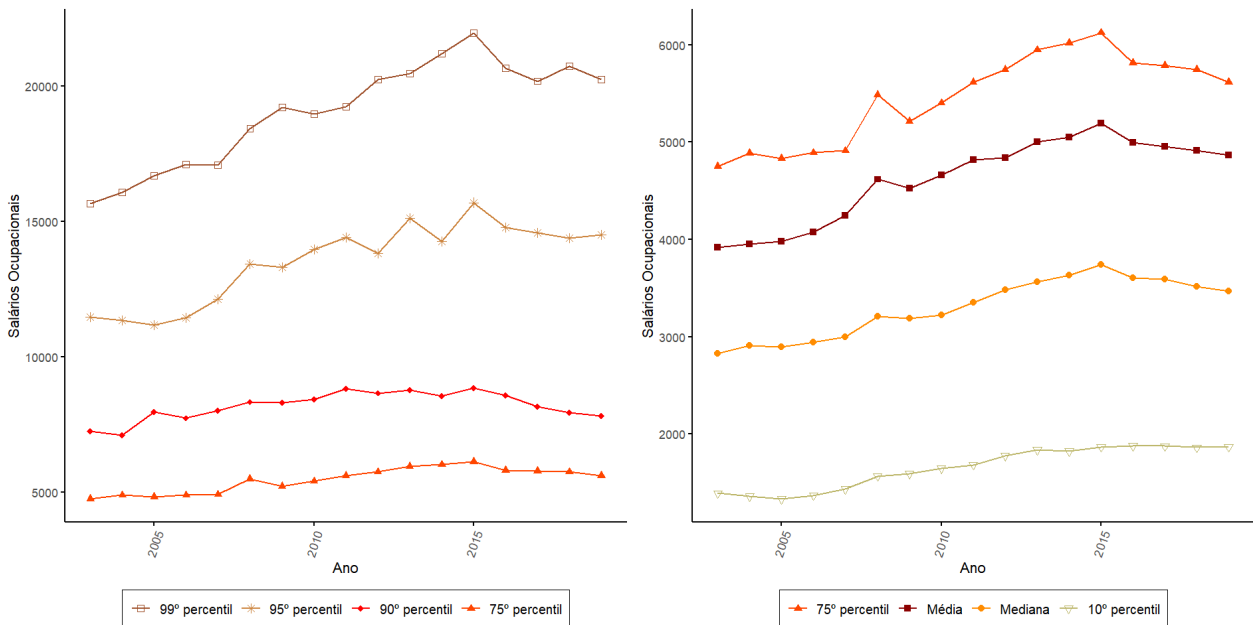


Figura 5: Percentis da Distribuição de Salários* das Ocupações. Brasil, 2003 à 2019
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. *Em termos reais de 2020.

Para atender ao objetivo de avaliar a evolução da desigualdade salarial ao nível das ocupações entre 2003 e 2019, foram construídas as razões entre diferentes percentis da distribuição e essas são apresentadas na Figura 6 a seguir. Observando apenas as razões de percentis na base e no topo da

distribuição, constata-se a estabilidade da desigualdade ao longo dos anos observados. Partindo da curva inferior, que representa a razão entre o salário do primeiro decil e o salário mediano, como evidenciou a Figura 5, há sustentada homogeneidade salarial. Esse indicador mostra que há grande concentração de salários baixos no mercado de trabalho formal, de modo que metade das ocupações apresentam salários médios equivalentes àqueles obtidos no primeiro decil da distribuição ao longo de todo o período

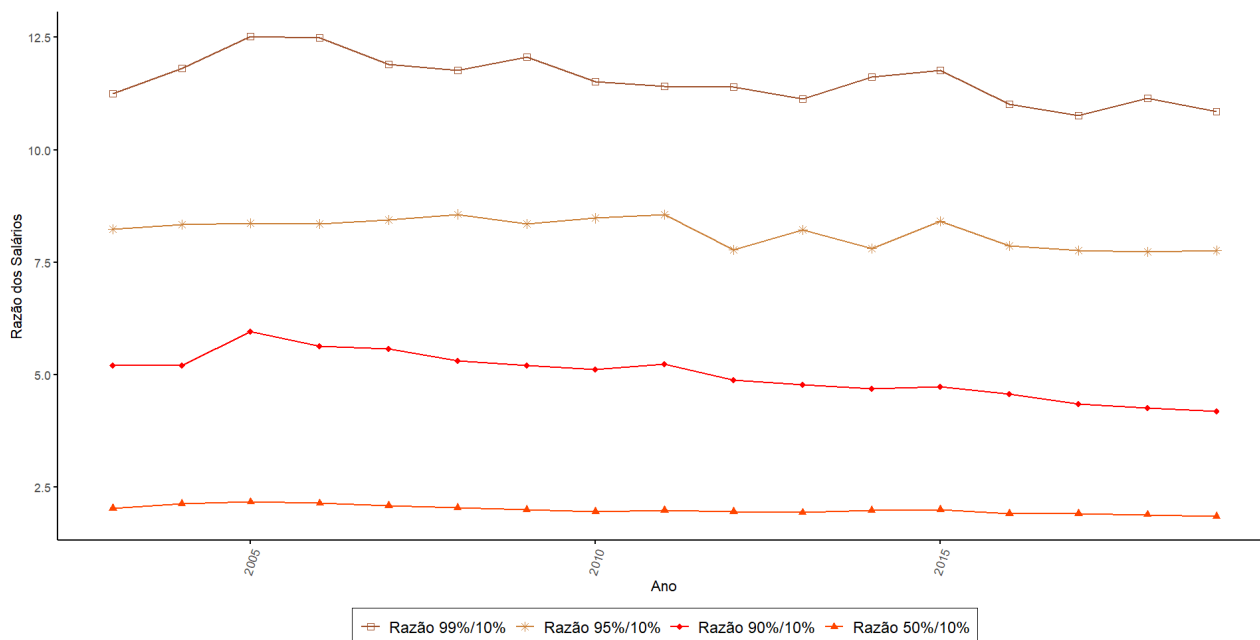


Figura 6: Razão entre Percentis da Distribuição de Salários* das Ocupações. Brasil, 2003 à 2019

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. *Em termos reais de 2020.

Somado a isso, a diferença entre os salários do percentis no topo da distribuição e aqueles obtidos pela base é estável, sendo que, ao longo de todo o período, as ocupações que se situam no decil superior da distribuição têm salários médios cerca de cinco vezes maiores que os indivíduos do primeiro. Caminhando para o extremo superior da distribuição, essa desigualdade se exacerba de modo que as ocupações no 99º centil da distribuição aferem salários mais de 10 vezes maiores que aqueles na base.

Quando observadas as razões dos centis dos salários na Figura 6, depreende-se que há sustentação da concentração de salários elevados entre poucas ocupações. Para dar clareza à essa desigualdade, a Figura 7⁹ apresenta as razões entre o topo e a base (representada pelo primeiro decil da distribuição), o topo e a mediana da distribuição de salários das ocupações, respectivamente. Quando se comparam os mesmos centis no topo da distribuição com a mediana e o decil inferior evidencia-se, nesse caso, a forte concentração de salários no mercado de trabalho formal brasileiro ao longo de todo o período considerado. Os dados mostram que, de maneira sustentada, 1% das ocupações concentram salários quase seis vezes maiores que aqueles aferidos por metade das ocupações no mercado de trabalho formal. Quando comparada ao decil inferior, a diferença dobra de tamanho. Ou seja, 10% das ocupações à base da distribuição de salários têm salários médios que somam um décimo (ou menos) que aqueles verificados para as ocupações que compõem o centil mais alto desta distribuição.

Outra maneira de verificar a magnitude da desigualdade na distribuição de salários ocupacionais no mercado de trabalho formal é comparar as frações superiores dessa distribuição, como mostra a Figura 8. O que se observa no topo da distribuição dos salários ocupacionais é, primeiramente, o crescimento da desigualdade entre o percentis 99 e 95 em relação aos salários no 90º percentil, evidenciando o crescimento da desigualdade no topo da distribuição no período. Por outro

⁹ Vale ressaltar que, apesar de semelhantes, as escalas nos gráficos da Figura 7 não são as mesmas e se complementam.

lá, cai a distância entre os salários médios das ocupações no 90º e no 75º percentis, o que mostra a aproximação entre as ocupações que compõem a “base do topo” da distribuição e aquelas no terceiro quartil. Esses resultados indicam que o decil superior da distribuição de salários tende, no período analisado, a se aproximar mais da base da distribuição do que dos centis superiores, reforçando a concentração crescente dos salários ocupacionais no mercado de trabalho formal.

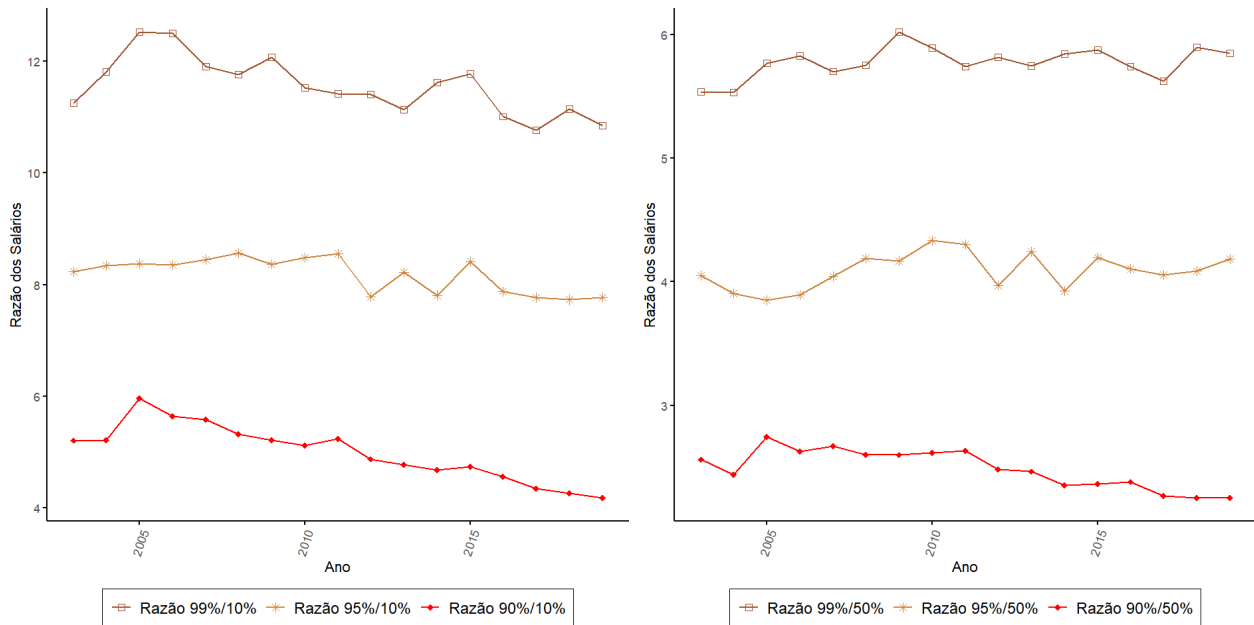


Figura 7: Razão de Salários Topo versus Base, Topo versus Mediana da Distribuição de Salários Ocupacionais. Brasil: 2003 à 2019.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. *Em termos reais de 2020.

Em todas as trajetórias observadas é interessante notar a mudança degenerativa das condições favoráveis à distribuição de salários a partir de 2014, quando há a reversão do ciclo virtuoso na economia brasileira. Apesar da consistência de tal quebra, a trajetória distanciamento entre o topo e a base da distribuição, em que o topo se caracteriza pelos 99º e 95º percentis, é a que mais se destaca na construção da desigualdade salarial em ascensão. Em especial, observa-se uma tendência de perdas salariais relativas, em relação a esse topo, para todos os percentis e, destacadamente, para o decil 90. As Figuras 7 e 8 permitem observar o comportamento opositor entre as razões de salários acima e abaixo do 90º centil da distribuição a partir de 2014, o que evidencia, como a literatura sugere, os ganhos relativos mais que proporcionais para as ocupações com altos salários em detrimento das ocupações à base da distribuição a partir do início do ciclo depressivo da economia brasileira.

Dessa forma, as análises da distribuição salarial para as ocupações permite estabelecer que a desigualdade entre ocupações é determinada pelo impacto da desigualdade no topo da distribuição, particularmente para o período de retração do mercado formal. Além disso, como pressuposto, a desigualdade entre o topo e a base, particularmente entre o salário no 99º centil e no 10º centil, da distribuição não tem uma tendência clara de redução. Além disso, foi possível verificar que a hipótese de redução na desigualdade na base da distribuição foi corroborada pelos indicadores, inclusive considerando os salários até o 90º decil.

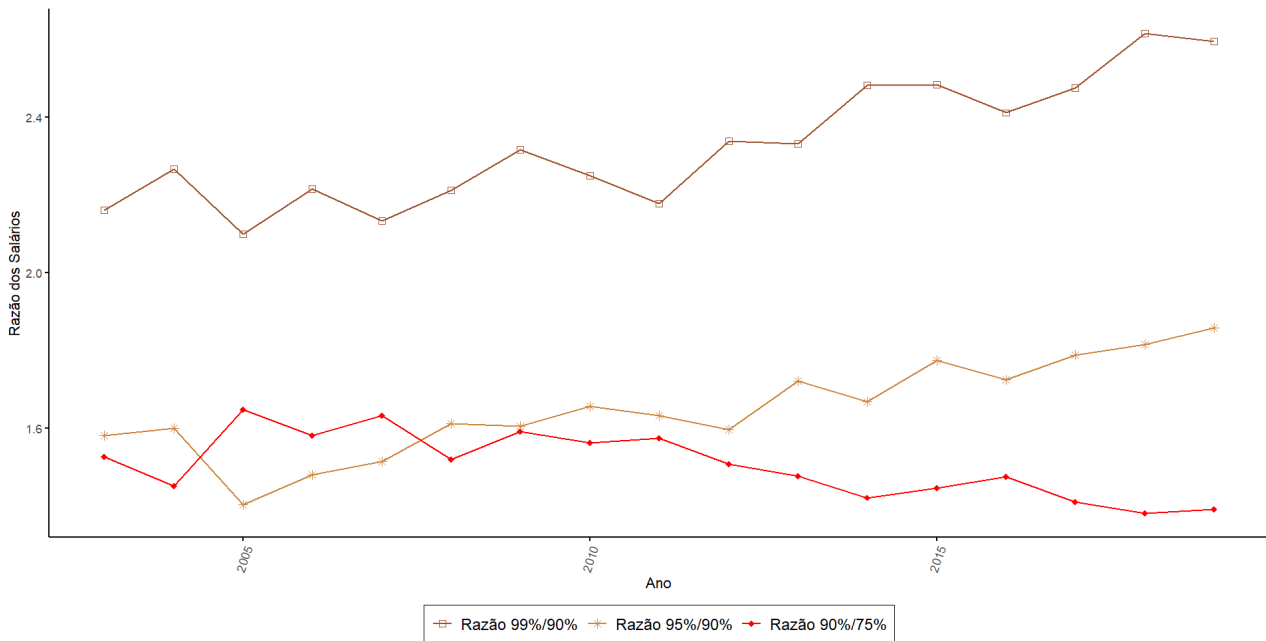


Figura 8: Razões de Salários no Topo da Distribuição. Ocupações. Brasil, 2003 à 2019.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS, 2003 à 2019. *Em termos reais de 2020.

5 CONCLUSÃO

Visando aprofundar a discussão da desigualdade à luz da construção estratificada da sociedade, com base nas ocupações, este estudo se propôs a avaliar a evolução da distribuição salarial das ocupações no mercado de trabalho formal brasileiro nas décadas dos anos 2000. Com o objetivo de apresentar a trajetória da desigualdade salarial, este estudo se baseou em construção e análise de um painel de ocupações com dados da RAIS, considerando para isso todos os indivíduos¹⁰ inseridos na base. Entre os objetivos específicos, esse estudo construiu um painel de complexas informações e indicadores não paramétricos de desigualdade salarial.

Em integração com estudos anteriores, este estudo mostrou que a desigualdade salarial no mercado de trabalho formal sofreu transições coerentes com as mudanças macroeconômicas, de modo que ganhos de redução de desigualdade que se acumularam até 2014 não se sustentaram no período subsequente. Para além disso, como estabelecido em estudos anteriores, as perdas no período recente são resultantes de efeitos negativos que se somam, como a sustentação de mão de obra qualificada e estabilidade de altos salários concomitante à perda de participação mais acentuada para ocupações na base da distribuição de salários. Ao que se nota, então, a reversão do quadro favorável em termos salariais e somando-se a deterioração do mercado de trabalho formal.

Diante do que se aqui apresenta, entende-se que as ações futuras devem convergir no sentido de fortalecimento do mercado de trabalho formal que, comprovadamente, contribuiu para a superação de desigualdades históricas. Mas, mais do que isso, é preciso que se observe as ocupações de menores rendimentos com mais cautela, de modo que sejam dadas aos indivíduos nelas alocados garantias de sobrevivência no mercado de trabalho formal, bem como que se caminhe no sentido de reduzir de maneira efetiva as distâncias salariais entre topo e base. Ademais, é fundamental que seja incentivada a formação de mão de obra qualificada que, verdadeiramente, apresentam melhor desempenho mesmo em momentos críticos.

Entende-se ainda que o mercado de trabalho e a desigualdade salarial não são temas superados para o cenário brasileiro, devendo pesquisas futuras discutirem os componentes e determinantes da persistente desigualdade salarial no mercado de trabalho, especialmente no topo da distribuição.

¹⁰ Salvas as devidas restrições descritas nas seções anteriores.

6 REFERÊNCIAS

AMITRANO, Claudio Roberto; e SQUEFF, Gabriel Coelho. **Notas sobre informalidade, produtividade do trabalho e grau de utilização e seus impactos sobre o crescimento econômico no Brasil nos anos 2000**. [s. l.]: Texto para Discussão, 2016. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/144637>. Acesso em: 6 maio 2024.

AUTOR, David H.; KATZ, Lawrence F.; e KEARNEY, Melissa S. Polarization of US Job Market. **National Bureau of Economic Research**, [s. l.], p. 1–15, 2006.

BALTAR, Carolina Troncoso. Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019. [s. l.], 2020. Disponível em: <http://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD382.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BALTAR, Paulo; SOUEN, Jacqueline A.; e CAMPOS, G. Emprego e distribuição de renda. **Texto para discussão**, [s. l.], v. 298, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3527/TD298.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Evolução e composição do emprego no Brasil: Período 1996-2009. [s. l.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3897>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BÉRTOLA, Luis; e WILLIAMSON, Jeffrey. Latin American inequality changed direction?: Looking over the long run. **Springer Nature**, [s. l.], 2017.

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; SOUZA, Pedro Herculano GF DE; e RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Os Impactos da Geração de Empregos sobre as Desigualdades de Renda. Uma Análise da Década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 29, n. 85, p. 79–98, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10731727006.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DE NEGRI, João Alberto; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; e ARBACHE, Jorge Saba. Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD. [s. l.], 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2155>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DOTA, Ednelson Mariano. Os Dados sobre Atividades e Ocupação numa Perspectiva Comparada: Censo Demográfico, PNAD e RAIS. **Outubro**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/ujcgjx3twjfnpgj5j3cg6sktry/access/wayback/http://periodicos.ufes.br:80/geografares/article/download/19041/14509>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FONTES, Gustavo Geaquinto. Hierarquia urbana, estrutura ocupacional e o prêmio salarial à qualificação: decomposição dos determinantes das desigualdades interurbanas de rendimento no Brasil. [s. l.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2UGET>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GOLDTHORPE, John H.; e MCKNIGHT, Abigail. The economic basis of social class. **Mobility and inequality: Frontiers of research in sociology and economics**, [s. l.], p. 109–136, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LcAQvt2bXtoC&oi=fnd&pg=PA109&ots=WzgOfN86KN&sig=fOADE6pV6b9m4c2J9vB6eouBpfY>. Acesso em: 29 fev. 2024.

HALLAK NETO, João; e SABOIA, João. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. **Economia Aplicada**, [s. l.], v. 18, p. 483–513, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/WyXmxpcRbHbcTxmRLw4fwDj/>. Acesso em: 7 maio 2024.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, [s. l.], v. 2, p. e020007–e020007, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/14205>. Acesso em: 10 maio 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 197-a, 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8197/6996>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KIM, ChangHwan; e SAKAMOTO, Arthur. The Rise of Intra-Occupational Wage Inequality in the United States, 1983 to 2002. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 73, n. 1, p. 129–157, fev. 2008. ISSN 0003-1224, 1939-8271. DOI 10.1177/000312240807300107. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000312240807300107>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LIMA, Yuri; STRAUCH, Julia Celia Mercedes; ESTEVES, Maria Gilda Pimentel; SOUZA, Jano Moreira de; CHAVES, Miriam Barbuda Fernandes; e GOMES, Daniel Takata. **O Futuro do Emprego no Brasil: Estimando o Impacto da Automação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

MACIENTE, Aguinaldo Nogueira. A Composição do Emprego sob a Ótica das Competências e Habilidades Ocupacionais. **mercado de trabalho**, [s. l.], v. 60, p. 34, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/50077278/bmt60_08_notas2.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

MACIENTE, Aguinaldo Nogueira; RAUEN, Cristiane Vianna; e KUBOTA, Luis Claudio. Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9929>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MAIA, Alexandre Gori; e QUADROS, Waldir José de. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Revista de economia contemporânea**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1212080>. Acesso em: 6 maio 2024.

MORRIS, Martina; WESTERN, Bruce. Inequality in Earnings: Trend and Implications. *In: Social Stratification, Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 3. ed. [S. l.]: Westview Press, 2008. Editado por Grusky, David B.

SABOIA, João; e KUBRUSLY, Lucia. Evolução Das Ocupações no Brasil no Crescimento e na Crise—Um Estudo dos Subgrupos Principais no Período 2003/2017. **ECONOMIA APLICADA**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 609–636, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/issue/download/11958/2163#page=125>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WEEDEN, Kim A.; KIM, Young-Mi; DI CARLO, Matthew; e GRUSKY, David B. Social Class and Earnings Inequality. **American Behavioral Scientist**, [s. l.], v. 50, n. 5, p. 702–736, jan. 2007. ISSN 0002-7642, 1552-3381. DOI 10.1177/0002764206295015. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764206295015>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WEEDEN, Kim A. Occupational Closure and Earnings Inequality. *In: Social Stratification, Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 3. ed. Stanford University: Westview Press, 2008.

edited by David B. Grusky in collaboration with Manwai C. Ku and Szonja Szelényi. ISBN 978-0-8133-4373-0.

WEEDEN, Kim A.; e GRUSKY, David B. The Case for a New Class Map. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 111, n. 1, p. 141–212, jul. 2005. ISSN 0002-9602, 1537-5390. DOI 10.1086/428815. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/428815>. Acesso em: 28 fev. 2024.